

## ELITES LOCAIS, ESPAÇO PÚBLICO E DOMINAÇÃO POLÍTICA EM UMACIDADE MÉDIA

Altair Aparecido Galvão<sup>1</sup>  
Ana Lúcia Rodrigues<sup>2</sup>  
Celene Tonella<sup>3</sup>

### RESUMO

Recentes estudos sobre a estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Maringá (RMM) mostram que há um processo de ocupação urbana caracterizado por intensa segregação social, contrariando um movimento que apresenta Maringá – a cidade pólo dessa região – como uma municipalidade destituída de problemas sociais, relacionados à violência, pobreza, desemprego, moradores de rua, ocupações irregulares etc. Esse movimento retrata, ainda, o desenho urbano como indutor da proclamada “qualidade de vida” que compõe os discursos que defendem a imagem de cidade como modelo para o país. No contexto histórico, o surgimento das cidades brasileiras deu-se de formas variadas, mas, em grande parte, elas se originaram de vilas que posteriormente se transformaram em cidades. Diferente dessa lógica, Maringá foi implantada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), no final da década de 1940, nos moldes de um loteamento imobiliário. Atualmente, aos 61 anos, a cidade assiste a uma dominação política exercida pelo poder público a serviço da elite na produção e apropriação do espaço público.

É sabido que o sistema capitalista se fundamenta na desigualdade. Sob este prisma, a concepção moderna do espaço público coloca-o, nas palavras de Sobarzo Miño, como um “possibilitador de encontros impessoais e civilizados que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual” (2006, P.95). Para Corrêa, nas cidades acontecem “as relações espaciais de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos”. Esse autor considera que “o espaço capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” (2004, P.8). Neste contexto, o espaço urbano é cenário e objeto das lutas sociais, ferramentas imprescindíveis para alcançar o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. Ao situarmos o conceito de espaço público, as discussões remontam à história política da Grécia antiga. Historicamente, era na praça que os cidadãos livres gregos daquela época tinham a oportunidade de debater os assuntos de interesse comum. Desde então, o espaço público tem sido tomado como tema e objeto das observações e estudos de diversos pensadores e diversas áreas de conhecimento, referentes ao universo político.

No âmbito dessas observações e estudos, teóricos como Hannah Arendt (2001) e Jurgen Habermas (1984) ocuparam-se do assunto e contribuíram com ricas reflexões no que se refere ao conceito de espaço público. O diálogo com Arendt e Habermas pode colaborar na análise do objeto de estudo deste trabalho, no que tange ao espaço público

---

<sup>1</sup> Cientista Social, Mestre em Geografia, Doutorando em Geografia (Universidade Estadual de Maringá/UEM). Pesquisador do Observatório das Metrôpoles em Maringá(Pr).

<sup>2</sup> Cientista Social, Mestre em Filosofia, Doutora em Ciências Sociais, Pós-doutora em Urbanismo. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá/ UEM. Coordenadora do Observatório da Metrôpoles em Maringá (Pr).

<sup>3</sup> Cientista Social, Mestre em Ciência Política (Unicamp), Doutora em História (Unesp), Pós-doutora em Ciências Sociais (Puc-SP). Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá/UEM. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles em Maringá(Pr).

em si, focando a relação política eleitoral com o marketing político. Na concepção desses autores, o espaço público é o lugar onde o homem tem a oportunidade de agir e de se comunicar “compartilhando” o ato de dizer e de ser ouvido. É a esfera onde os homens encontram a oportunidade da liberdade de ação e expressão para estabelecerem debates a respeito de sua própria existência humana. Nele se expressa a “pluralidade” do agir humano (Lafer, 1979). O espaço público, segundo Hannah Arendt (2001), é composto pela ação humana, é algo que é visível, ouvido e comum a todos, ou seja, é o resultado das relações sociais desencadeadas pelos indivíduos que o compõe.

Esta pesquisa tem como propósito analisar, do ponto de vista geográfico, o espaço público de Maringá na perspectiva de sua produção, relacionando os campos da dominação e da apropriação a partir da ação política, da acumulação de capital e da produção de relações de identidade e pertencimento. Para tanto, fizemos uma análise do modelo de planejamento estratégico da cidade, onde a mesma é tratada como mercadoria e como empresa, identificando os atores políticos e sociais que a subordinam à lógica do mercado.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um levantamento histórico/bibliográfico inicial com o objetivo de identificar as principais práticas do poder público e da iniciativa privada na construção do espaço urbano maringaense. Concomitantemente realizamos estudos dos referenciais teóricos, que constituíram suporte às análises dos dados levantados.

Consideramos que a discussão da ocupação do espaço público na cidade contemporânea é de grande importância e constitui-se em um desafio, não só para a Geografia, mas também para todas as outras ciências humanas. Esse espaço que, entendemos, é o espaço da ação política é, também, incorporado como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica da produção e da reprodução capitalista. Ou seja, ainda que se denomine público, apenas uma minoria se beneficia, apesar de que, teoricamente, deveria ser comum a toda a população.

**Palavras-chave: espaço público; segregação social; planejamento urbano; desigualdade; problemas sociais.**

## **Introdução**

A proposta deste trabalho é analisar o espaço público da cidade de Maringá (Pr) na perspectiva de sua produção, relacionando os campos da dominação e da apropriação a partir da ação política, da acumulação de capital e da produção de relações de identidade e de pertencimento. No contexto histórico, o surgimento das cidades brasileiras se deu de formas variadas, mas, em grande parte, elas se originaram de vilas que posteriormente se transformaram em cidades. Diferentemente desta lógica, Maringá, a cidade pólo da Região Metropolitana de Maringá, foi implantada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) no final da década de 1940, nos moldes de um loteamento imobiliário. Hoje, aos 61 anos, a cidade assiste a uma dominação política exercida pelo poder público a serviço das elites na produção e apropriação do espaço público. Isso implica no surgimento de novos produtos imobiliários que aumentam a reprodução e a circulação do capital e põem em cheque a relação do público e do privado.

Entendemos que o espaço público constitui a estrutura espacial que faz a ligação entre as parcelas privadas, facilitando as relações entre elas; pode ser um lugar de entendimento e de paz, mas também de conflito e de insegurança. Uma análise

moderna, no entanto, coloca o espaço público como um possibilitador de encontros impessoais e civilizados, que obedece e respeita a lógica do mercado, visivelmente desigual, pois entre os preços que temos de pagar pela modernidade está o desenvolvimento do sistema capitalista que, sabidamente, se fundamenta na desigualdade.

Ao situarmos o conceito de espaço público, as discussões remontam à história política da Grécia antiga. Historicamente, era na praça que os cidadãos livres gregos daquela época tinham a oportunidade de debater os assuntos de interesse comum. Desde então, o espaço público tem sido tomado como tema e objeto das observações e estudos de diversos pensadores e diversas áreas de conhecimento, referentes ao universo político.

No âmbito dessas observações e estudos, teóricos como Hannah Arendt (2001) e Jurgen Habermas (1984) ocuparam-se do assunto e contribuíram com ricas reflexões no que se refere ao conceito de espaço público. O diálogo com Arendt e Habermas pode colaborar na análise do objeto de estudo deste trabalho, no que tange ao espaço público em si, focando a relação política eleitoral com o marketing político.

Na concepção desses autores, o espaço público é o lugar onde o homem tem a oportunidade de agir e de se comunicar “compartilhando” o ato de dizer e de ser ouvido. É a esfera onde os homens encontram a oportunidade da liberdade de ação e expressão para estabelecerem debates a respeito de sua própria existência humana. Nele se expressa a “pluralidade” do agir humano (Lafer, 1979). O espaço público, segundo Hannah Arendt (2001), é composto pela ação humana, é algo que é visível, ouvido e comum a todos, ou seja, é o resultado das relações sociais desencadeadas pelos indivíduos que o compõe.

Assim, ao falar do ser humano, a autora aponta para três experiências básicas: a primeira é a do *animal laborans*, que corresponde às necessidades biológicas e às necessidades físicas que todos nós compartilhamos. A segunda é a do *homo faber*, que expressa a relação dos homens entre si e com a própria natureza, convertendo-a em um espaço de objetos partilhados pelos homens (Lafer, 1979). A terceira, a da *vita activa*, estabelece-se como sendo a instauração da ação humana com relação ao campo de atuação política. Com esse propósito, sublinha Arendt que:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. (Hannah Arendt, 2001, p.15)

Ora, observa-se, segundo a autora, que, por meio dessas experiências, principalmente pela da *vita activa*, o homem é capaz de agir e formar o espaço público. Espaço esse responsável pelo equilíbrio e pela atuação das relações humanas. Nele são vivenciadas deliberações que têm como objetivo o agir pluralmente na construção da vida social. Por essa razão, é um espaço de decisão e de confrontação de idéias que formam a “pluralidade”, já que o homem dela faz parte como produto e produtor das relações sociais existentes no espaço público.

A autora sublinha que no espaço público, onde a fala e a ação dos indivíduos são proeminentes, são criadas e desenvolvidas condições que propiciam o equilíbrio entre as atuações humanas que, por sua vez, possibilitam o ideal de liberdade. Porém,

convém salientar que, apesar de a autora reconhecer o espaço público como o *locus* por excelência da manifestação política, que representa o campo de embate das idéias resultantes da palavra e da ação e cuja existência permite o aparecimento da liberdade, percebe-se, por outro lado, que ela admite a possibilidade de manipulação do ato de dizer e de agir, desconfigurando, assim, as relações sociais no espaço público.

Sobre a manifestação política é importante destacar que o regime democrático é uma disputa de interesses ou de grupo de interesses regida por um conjunto mínimo de regras ou procedimentos, sem prejuízo dos ideais mais amplos dos grupos vencedores. Cumpridas as regras do jogo, os vencedores serão legítimos, independentemente das idéias professadas por eles. Essa versão desencantada da política democrática — acusada por muitos de elitista e manipulatória — seria o *minimum* político aceitável pelas diversas correntes de pensamento.

A contribuição de J. Habermas a essa teoria procedimental da democracia reside na incorporação daquilo que Hannah Arendt chamou de “espaço público” ou “esfera pública”. Só que, ao contrário da pensadora alemã, a originalidade de Habermas reside no uso racional das regras do discurso argumentativo à disposição dos cidadãos-vox, e não numa qualidade republicana inata (a virtude cívica) em cada participante da assembléia política.

A noção de “espaço público” em Arendt é eminentemente republicana, no sentido de que os cidadãos que integram a arena dos discursos já possuem a virtude cívica, e é isto o que os habilita a participar da assembléia através da palavra e da ação.

Habermas questiona a existência dessa qualidade inata, que, para ele, não preexiste ao “espaço público” e se constitui a partir do uso racional das regras do discurso, no quadro agonístico das disputas retóricas ou argumentativas em busca do consenso. Neste aspecto, Habermas não se diz republicano, mas discursivo ou procedimentalista-discursivo. Seria essa a junção entre a vertente liberal dos interesses e a vertente comunicativa.

A teoria da ação comunicativa — apontada por alguns como uma das últimas grandes sistematizações do pensamento ocidental — recebeu contribuições importantes de dois discípulos norte-americanos de Habermas (Andrew Arato e Jean Cohen), que ajudaram a desdobrá-la numa teoria com acento e inflexão política: a teoria da democracia deliberativa, a partir de uma ressignificação do conceito de sociedade civil.

Ligado, agora, à noção de “mundo da vida” ou de “racionalidade comunicativa”, o antigo conceito hegeliano passou a designar a institucionalização de direitos e garantias, sem os quais não haveria possibilidade do exercício de uma razão discursiva, apoiada no bom argumento ou no chamado “consenso pós-convencional”. Temas como direito de expressão, liberdade de pensamento, liberdade de associação, etc., passaram a integrar o novo conceito de “sociedade civil” — como a dimensão institucional do “mundo da vida”.

Do modo-de-produção a formas ético-políticas de interação social, tal poderia ser o resumo do percurso de uma marxista, seguidora de Habermas, como Agnes Heller. Em *The postmodern political condition* (1988), Heller procura um espaço público onde operam as virtudes cívicas e os princípios políticos da democracia. Como ficar satisfeito numa sociedade de insatisfação? A resposta é uma ética (de estilo kantiano) e uma política (de estilo socialista) que possam equilibrar a “lógica da demanda” (o querer de cada um) e a “lógica do necessário” (a busca da autodeterminação, da autonomia e da liberdade). O equilíbrio, que somente a democracia será capaz de trazer, dependeria da exposição em público, da discussão em público, da deliberação em público e do reconhecimento público dos conflitos entre as duas lógicas. A *isegoria* seria restaurada e não estaria descartada a utopia da bela cidade ética. No caso de Heller, como dos

marxistas que buscam um mercado socialista baseado no direito do consumidor, a preocupação está voltada para os indivíduos (não para classes sociais) e seus desejos, carências e direitos. Admite-se o conflito, mas aposta-se na chegada progressiva ao consenso, tema preferencial da política neoliberal.

Lógica da circulação em lugar da produção; lógica da comunicação, em lugar do trabalho; lógica da satisfação-insatisfeita dos indivíduos, em lugar da luta de classes - eis alguns exemplos de como a ideologia pós-moderna passou a determinar o pensamento dos "últimos modernos".

Estamos confrontados com o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado que, do ponto de vista da economia, tornou-se espaço mundial (os grandes conglomerados transnacionais, os centros planetários de decisão financeira, a compressão temporal, trazida pelos satélites, e a geopolítica renascida com a compressão do espaço).

O sistema capitalista se fundamenta na desigualdade. Sob esse prisma, a concepção moderna do espaço público coloca-o como um "possibilitador de encontros impessoais e civilizados que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual" (SOBARZO MIÑO, 2006, p. 95). Para Corrêa (2004, p.8), nas cidades acontecem "as relações espaciais de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos". Esse autor considera que "o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes" (CORRÊA, 2004, p.8).

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade também é o lugar onde diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc. (CORRÊA, 2004, p.9).

Ainda conforme Corrêa (2004), o espaço urbano é cenário e objeto das lutas sociais, ferramentas imprescindíveis para se alcançar o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos.

Lefebvre (2004, p.65) explica que as cidades são constituídas de dimensões. A dimensão simbólica, representada por monumentos, praças, avenidas e vazios, que simbolizam os cosmos, o mundo, a sociedade e o Estado; a dimensão paradigmática, que mostra as imposições, como as partes interna e externa, centro e periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado; por último a dimensão sintagmática, que é a ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias. Assim, em seu nível específico,

"...a cidade se apresenta como um subsistema privilegiado porque é capaz de refletir, de expor os outros subsistemas e de oferecer como um "mundo", como uma totalidade única, na ilusão do imediato e do vivido. Exatamente nesta capacidade residem o charme, a tonicidade, a tonalidade própria da vida urbana (LEFEBVRE, 2004, p. 65).

Castells (2000) considera que os processos de urbanização e autonomia do modelo cultural "urbano" se manifestam como processos paradoxalmente contraditórios. E explica:

O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia. (CASTELLS, 2000, p. 45).

Ainda no entender de Castells (2000), as cidades atraem as indústrias devido a dois fatores essenciais, que são a mão-de-obra e o mercado consumidor, e em troca desenvolve a possibilidade de empregos, além de criar novos serviços para atender essas indústrias. Mas a recíproca também é importante, pois onde existem matérias-primas e meios de transporte, a indústria coloniza e provoca a urbanização. Com efeito, o desenvolvimento de técnicas em sistemas de transportes, produção e administração, expandiram as relações comerciais entre as pessoas e lugares, propiciando as constantes organizações dos espaços urbanos, onde os encontros comerciais acontecem.

Nesse aspecto, o poder municipal (no caso a administração pública) se apresenta como o gestor dos interesses coletivos. Todavia, isso existe como um ideal não cumprido ou, ao menos, não cumprido em sua plenitude. É visível que a gestão do poder municipal mostra um misto de interesses públicos e privados, que pode ir de interesse político/financeiro do próprio gestor até aos interesses das elites dominantes que o apóiam.

Na discussão teórica acerca do público e do privado e seu imbricamento com a dimensão espacial e política, as elites possuem uma preponderância. Conforme Martinez (1997), o termo elite é frequentemente usado nas mais variadas situações e, em algumas delas adquire conotações contraditórias. Em algumas vezes, positivas, lisonjeiras, destacando as qualidades de indivíduos ou grupos; em outras com conotações negativas, responsabilizando indivíduos ou segmentos da sociedade por males, injustiças e desigualdades sociais, pois:

adquire sentido negativo quando usado na crítica às camadas sociais de maior poder econômico e grande influência social e política, como minorias privilegiadas que se beneficiam do poder e da riqueza em detrimento da maioria (MARTINEZ, 1997, p.6).

Bobbio e outros (1983, p.386) procuraram explicar o significado do termo elite a partir da definição da teoria das elites. Segundo esta teoria, “em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. Essa teoria nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das elites políticas. Assim, ela pode ser explicada como a teoria segundo a qual, em cada sociedade o poder político e econômico pertence sempre a um grupo restrito de pessoas. Esse grupo tem o poder de tomar e de deliberar as decisões válidas para todo o grupo, mesmo que para isso tenha que recorrer à força.

Pareto (1967, p.69), considera que existe em toda sociedade, uma classe com aqueles que têm os índices mais elevados no ramo de sua atividade, à qual se dá o nome de classe seleta (elite). Mosca (1968, p.307), parceiro de Pareto na elaboração dessa teoria, explica que “é impossível que uma democracia funcione sem que a ação das massas populares seja coordenada e disciplinada por uma minoria organizada, ou seja, também por uma classe dirigente”. Na opinião de Wright Mills (1968), discípulo de Mosca e Pareto, o fator principal que caracteriza as elites é o poder econômico ou a faculdade de usá-lo a partir da posição ocupada nas principais atividades sociais, embora considere as forças políticas e militares como parceira da economia na base do poder:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais; [...] Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e riqueza e celebridades que usufruem (WRIGHT MILLS, 1968, p.12).

Ao estudarmos as elites, não podemos ignorar que os intelectuais também fazem parte de uma elite, pois, de acordo com Keller (1967), estes, quando elaboram suas idéias, oferecem modelos e padrões para outros. Ao criarem seus símbolos, guiam as opiniões e os gostos da sociedade. Essa autora explica que, apesar de fazer parte das elites, o segmento intelectual, por ter uma visão diferenciada do poder, sofre negligências da parte dos outros membros:

Nas sociedades comerciais e industriais, estas elites se vêem muitas vezes negligenciadas. Desprezam o poder do dinheiro e o culto ao conforto, mas eles próprios precisam de dinheiro e conforto para a sua própria aparência, a fim de se apresentarem em pé de igualdade como membros bem situados no seio das elites estratégicas (KELLER, 1967, p.288).

Ainda, conforme Keller, as elites que compõem uma sociedade têm diferenças estruturais que propiciam diversidades de interesses. Assim, os membros das diferentes elites assimilam conjuntos de crenças e valores morais mais facilmente do que outros.

O valor moral mais ligado à elite política é a dedicação, à elite econômica a riqueza, às elites culturais a originalidade, à elite militar a segurança; a elite científica representa o valor da verdade, e a elite do mundo das diversões o prazer e o divertimento (KELLER, 1967, p.289).

Destarte, como aponta Carlos (2001, p.29), “o espaço se revela como instrumento político intencionalmente organizado”, dominado pelo Estado – no caso o poder público municipal -, nas mãos de uma classe dominante. Nesse processo, os excluídos permanecem em órbita, e lutam para constituir ou adquirir uma identidade enquanto cidadão. Fora do sistema, esses pseudo-cidadãos tornam-se obsoletos frente à incorporação dos novos valores e tecnologias.

No entendimento de Sobarzo Miño (2006, p.97),

Esse espaço de dominação caracteriza-se por servir aos interesses do Estado de se apresentar como redutor das contradições, mesmo que

somente no plano das aparências, porque a contradição é um aspecto marcante da sociedade capitalista e do espaço produzido por ela.

Essa forma de dominação, ao invés de reduzir as contradições, produz a desigualdade. Essa desigualdade é bastante significativa nas condições de trabalho. Historicamente, na região estudada, a divisão social do trabalho foi sustentada por uma matriz produtiva concentrada na atividade agropecuária (MOURA *et al*, 2004, p.10). Essa atividade agropecuária sofreu profundas mudanças principalmente a partir da década de 1980, com a substituição do cultivo do café, que correspondia um modo tradicional de produção, por culturas de trato mais moderno como a cana-de-açúcar e a soja, tendo como conseqüência o êxodo rural. Entretanto, a espacialidade do trabalho vem se modificando devido à diversificação da indústria, a consolidação de um meio educacional e um pólo de prestação de serviços especializados (saúde e tecnologia da informação). Esta nova realidade, construída a partir da década de 1990, impõe a necessidade de uma especialização elevada que contribui para a precarização do trabalho no sentido de que não há oferta para todos, e também pela falta de capacitação/especialização exigida pela estrutura produtiva atual. Com isso, a desigualdade é ampliada com baixos salários, subemprego, alta rotatividade nos postos menos especializados. O reflexo mais importante se dá nas cidades conurbadas com Maringá: Sarandi e Paiçandu, que vêm seus trabalhadores se sujeitarem a atividades marginalizadas como guardadores de carros (flanelinhas), catadores de lixo, prostitutas, esmoleres, mendigos, entre outros. Segundo Pasternak (1998, p. 11) esses cidadãos “são fruto da pauperização crescente, do desemprego e da degradação do tecido social”.

### **O espaço urbano de Maringá**

Maringá, com uma população de 325.968 habitantes<sup>4</sup>, localizada na região norte central do Estado do Paraná, a 428 Km de Curitiba, 636 Km de São Paulo, 1162 Km de Brasília (figura 1), e que é cortada pelo Trópico de Capricórnio é constantemente associada a uma imagem que a coloca entre as melhores cidades do país, quanto à qualidade de vida; em meados da década de 1990 foi denominada de “Dallas brasileira”, graças à propagada potencialidade econômica de seus moradores; hoje está sendo chamada de “Amsterdã”, em conseqüência da baixa taxa de homicídios<sup>5</sup>.

Em contrapartida, a produção do espaço urbano da RMM se mostra segregadora, pois para manter essa imagem de “cidade segura, ajardinada e bela”, Maringá cria, nas palavras de Tonella & Rodrigues (2003) uma “cerca invisível”, que “se materializa na visão da população da sede regional ao considerar que todos os pedintes, as crianças e os malabaristas nos semáforos, sejam moradores das cidades vizinhas”.

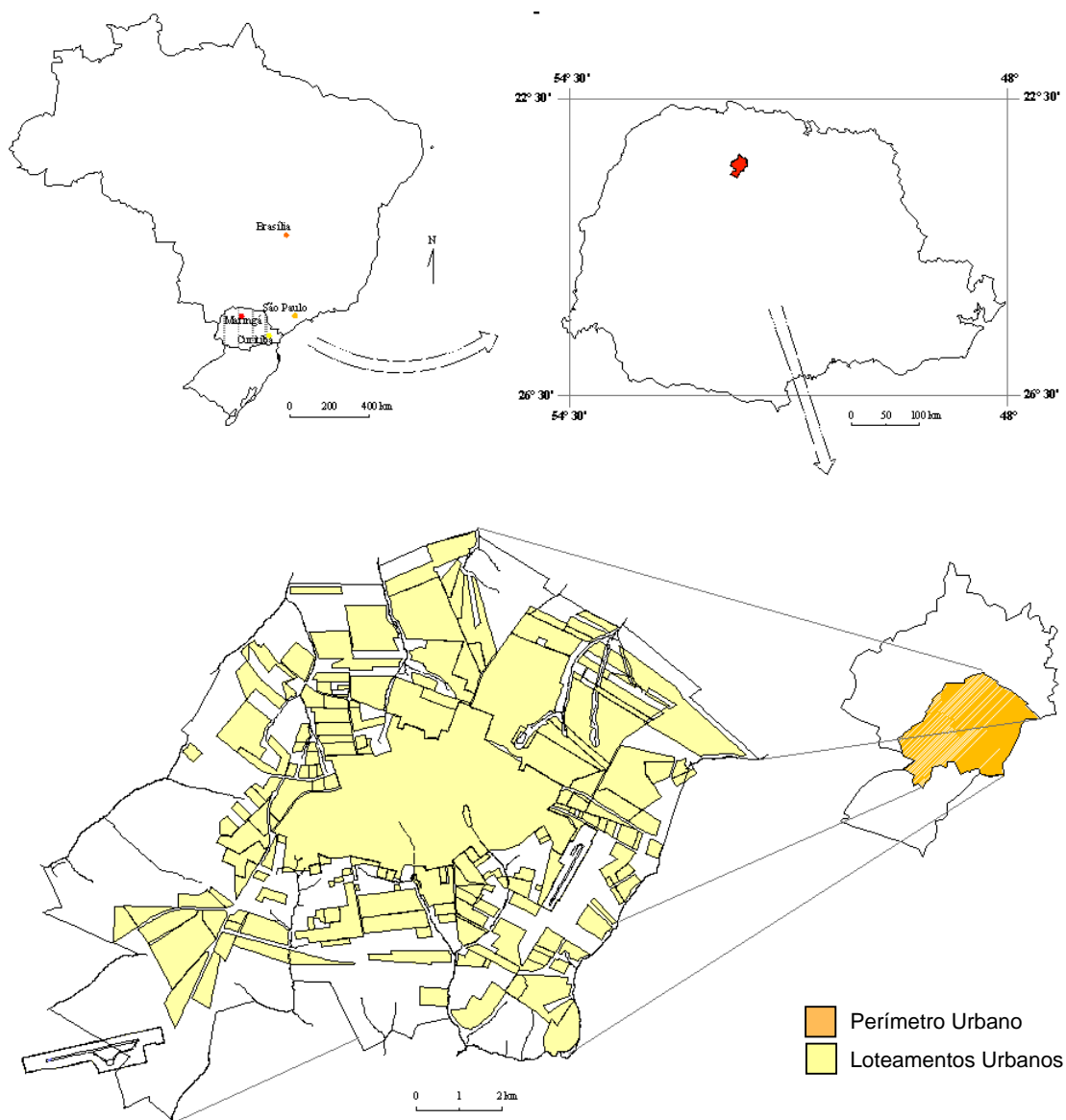
---

<sup>4</sup> Estimativa populacional para 2007. Fonte: IBGE.

<sup>5</sup> A comparação com Amsterdã, capital da Holanda, tem como causa a matéria publicada na Revista Veja de 23 de julho de 2008, que trata de pesquisa realizada em 5.564 municípios brasileiros. Esta pesquisa selecionou 40 cidades que possuem indicadores sociais de países ricos. Dentre esses municípios, segundo a pesquisa, Maringá é a que tem o menor índice de homicídios (7,9 para cada 100.000 habitantes/ano).



**Figura 1: Localização da cidade de Maringá – Pr – Brasil**



**Fonte: PARANÁ, 2004; Prefeitura Municipal de Maringá, 2000.  
Adaptação: Altair Aparecido Galvão, 2006.**

Maringá, também chamada de Cidade Canção<sup>6</sup>, foi projetada com amplas avenidas e espaços verdes, onde se destacam as seguintes reservas: Parque do Ingá (fotografia 1), Bosque II, Horto Florestal e Bosque das Grevíleas, além de muitas

<sup>6</sup> A denominação “Cidade Canção” é em razão de o nome Maringá ser referente a uma cação de autoria de Joubert de Carvalho, composta em 1932, grande sucesso à época da colonização da cidade, popularmente conhecida e cantarolada por todos os que trabalhavam na abertura da mesma.

praças. O comércio é intenso e a agroindústria dinâmica. Mendes e Grzegorzcyk (2003) observam que essa vocação para ser o pólo regional vem desde seu planejamento, pois a criação da cidade foi

apoiada em um sistema de transporte de cargas e de passageiros centralizado na área central, o que favoreceu a concentração de atividades que se beneficiaram das vantagens locacionais e da intensa circulação de pessoas, o mesmo modelo das cidades que se desenvolveram após a revolução industrial. A estação ferroviária e a rodoviária foram instaladas uma em frente à outra, no eixo central da cidade (MENDES & GRZEGORCZYK, 2003, p.90).



**Foto 1: Parque do Ingá, localizado no centro da cidade.  
Fonte: Altair Aparecido Galvão (julho de 2007)**

A cidade tem uma localização privilegiada no sistema rodoviário regional, que permite o escoamento de sua produção, assim como a comercialização de mercadorias de uma forma mais intensa para toda a região. Além disso, a cidade é referência para uma vasta área no segmento de serviços, onde se destaca a rede instituições de ensino, em especial o superior<sup>7</sup>, contando com dez faculdades, um centro universitário e uma universidade, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), que é considerada uma das principais instituições de ensino superior do interior do Brasil. Possui, também, importante rede de estabelecimentos de saúde, que é composta por inúmeros hospitais, clínicas e laboratórios que dão cobertura a praticamente todas as especialidades e a intervenções de alta complexidade.

Assim como planejado, a cidade de Maringá se transformou em um pólo regional, bem como uma das cidades mais importantes do Estado do Paraná. A influência que a cidade exerce sobre os municípios ao seu entorno, gerou condições para que fosse institucionalizada a Região Metropolitana de Maringá (figura 2). Neste

---

<sup>7</sup> Segundo informações do IBGE, Maringá contava com 28.471 alunos matriculados no ensino superior em 2005.

contexto, Maringá consolidou-se como cidade pólo, mesmo sem as características de uma metrópole, pois conforme Davidovich:

A Metrópole representaria o elo, por excelência, das articulações que se processam com a globalização da produção, do consumo e dos circuitos financeiros. Na reorganização urbana do capitalismo contemporâneo, as metrópoles em designação genérica têm sido identificadas com a multiplicação de aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes (DAVIDOVICH, 2004, p.201).

Para o geógrafo Milton Santos, o cerne da questão está em saber a partir de que tamanho urbano pode-se falar em “região urbana” e “região metropolitana”. Para esse autor, regiões metropolitanas são:

áreas onde diversas cidades interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infra-estruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas (SANTOS, 2005, p.75).

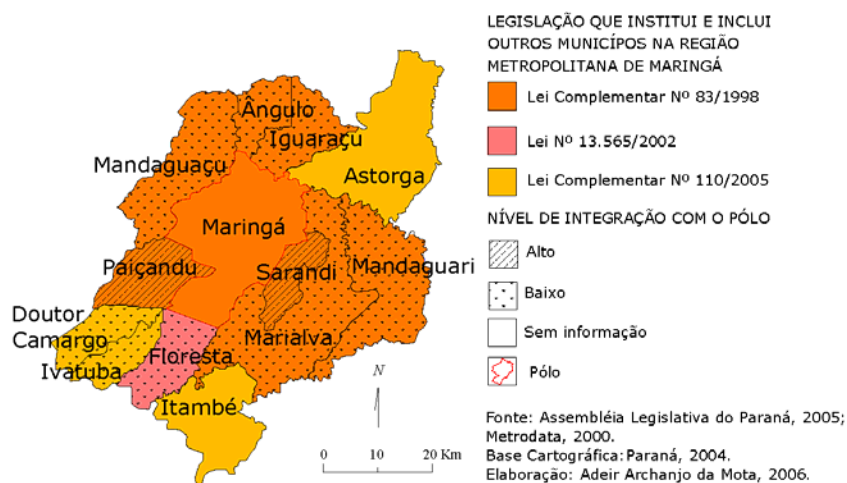
O conceito de metropolização foi se tornando mais complexo e acompanhou o processo da dinâmica urbana. Na atualidade, o entendimento é bastante diferenciado daquele que acompanha a origem etimológica da palavra metrópole, “que designava a cidade grega, mãe de suas colônias e exportadora de guerreiros, comerciantes e deuses” (ASCHER, 1995, p.15). Segundo Spósito (2004), o que gera o crescimento urbano acelerado que resulta na constituição das metrópoles dos países capitalistas, são as taxas de crescimento natural (diminuição do índice de mortalidade) e a migração rural-urbana (pelas questões estruturais vividas no campo, como o processo de concentração fundiária). Para esta autora:

...este crescimento manifesta-se na formação de uma rede urbana, marcada por uma superconcentração populacional e de investimentos capitalistas nos maiores aglomerados urbanos destes países, gerando a constituição de grandes metrópoles e uma distância entre estes aglomerados e o resto do país (SPÓSITO, 2004, p.70).

Para identificar o quadro de desigualdades nesta espacialidade, nos importa verificar as ações para geração de emprego e renda que o poder público e a sociedade civil organizada vêm implementando há quase duas décadas, com o objetivo de promover alguma reversão do quadro de desigualdade social que caracteriza a região. Pois o que se verifica, ao contrário, é que os governos municipais das tradicionais regiões metropolitanas brasileiras, contribuem para o aprofundamento do cenário de desigualdade, principalmente através de ações políticas fundadas na guerra fiscal, na competição intermunicipal e, conseqüentemente, na não adoção de ações cooperativas. Em princípio, este também é o panorama vislumbrado nestes municípios, pois não se implementou nenhuma ação conjunta para romper o localismo que caracteriza o planejamento público. Especialmente no âmbito da ação política maringaense prevalece o modelo do “plano estratégico”, no qual a requalificação ocupa o lugar de conceitos como racionalidade, funcionalidade, e se estabelece planos “discursos”, em que a cidade

empreendimento é a única estratégia para a gestão e desenvolvimento<sup>8</sup>. Esse planejamento estratégico está contido no documento *Maringá 2020*<sup>9</sup>, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - Codem, em 1997, e que tem servido como diretriz para os governos municipais desde aquela época. Neste documento, conforme Gini (2007), há a orientação do grupo dominante para que os governos locais tenham como principal tarefa o cumprimento de uma agenda de antecipação, produção e ofertas dos requisitos de produtividade e competitividade de Maringá, que passaria pela oferta de infra-estrutura e qualidade de vida, requisitos essenciais para mão-de-obra altamente qualificada.

**Figura 4: a constituição da Região Metropolitana de Maringá (1998-2005)**



O marketing urbano, acentuado em Maringá conforme a pesquisa de Gini (2007)<sup>10</sup>, é o que tem determinado um novo discurso sobre os produtos da organização da cidade. Na verdade, esse marketing nada mais é do que um instrumento de representação social. É por meio dele que a cidade tem sido apresentada como asséptica de problemas como violência, desemprego, pobreza, favela e ocupações irregulares, poluição, depredação ambiental, moradores de rua, entre outros. Em Maringá, o marketing de “cidade verde”, “cidade ecológica”, “cidade sempre limpa”, com ruas largas, arborizadas, praças ordenadas, tem propiciado uma representação social de cidade “mitificada por uma imagem prosáica que na realidade atende a interesses políticos e econômicos dos grupos dirigentes” (SILVA, 2006, p. 111). Nesse sentido, Sarandi e Paçandu são excluídas do imaginário da cidade perfeita, quando na realidade se dá o inverso, pois a participação desses dois municípios é indispensável para o desenvolvimento de Maringá.

<sup>8</sup> Esse pensamento está contido no livro “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”, de Otília Arantes.

<sup>9</sup> O Planejamento Estratégico Maringá 2020 está disponível em <<http://www.codem.org.br>>

<sup>10</sup> Esse marketing urbano se configurou na campanha publicitária “Maringá é mais Qualidade de Vida” promovida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico – Codem.

### **Elites locais e seus espaços exclusivos**

Para que possamos entender a relação entre as elites locais, o espaço público e a dominação política, se faz necessário que concentremos as análises no processo de produção de espaços que são voltados a atender aos grupos de maior poder econômico e político. Nesses espaços de uso exclusivo, a diferença e os diferentes são deixados do lado de fora, para os quais sobra a cidade, ou o que restou dela.

Entendemos que a cidade ideal é aquela constituída por espaços de diálogo e de encontro das diversidades, “sem os quais não conseguimos conquistar nossa identidade individual e coletiva, não desenvolvemos nossas potencialidades e nem o sentido de nossa existência” (BRANDÃO, 2006, p.75). Mas o que vemos em nossas cidades, especificamente em Maringá, é a consolidação de uma sociedade segmentada, com a criação de espaços próprios para uso das elites, que quase sempre estão associados ao questionamento da relação público-privado. Esse questionamento deve-se ao fato de que na produção desses espaços próprios é visível o envolvimento do poder público em aplicação de recursos, na criação de leis que os favorecem, na implementação de obras, ou até mesmo quando fazem “vistas grossas”, ao deixarem acontecer fatos ilegais que favoreçam o surgimento e o fortalecimento desses espaços.

### **Considerações finais**

É notório que as cidades brasileiras expressam de forma bastante clara o perverso modelo de desigualdade social do país. Mesmo tendo melhorado nas duas últimas décadas - de acordo com o relatório da ONU, o Brasil atingiu em 2007 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>11</sup> de 0,800, em uma escala de 0 a 1 (países com índice inferior a 0,800 são considerados de "médio desenvolvimento humano", categoria na qual o Brasil figurava desde 1990, quando o PNUD começou a divulgar o ranking) -, o país tem uma das piores distribuições de renda do planeta, só perdendo neste aspecto para Serra Leoa.

O município de Maringá não foge a esta regra, mas graças aos discursos da imprensa local e de políticos – especialmente em época de eleições -, acaba por criar uma espécie de “redoma” protetora, ou, conforme as palavras de Tonella e Rodrigues (2003, p.10), uma “cerca invisível”.

Nesta perspectiva, convencionou-se no imaginário da população maringaense a idéia de que os pobres que circulam pela cidade são dos municípios contíguos. E esses pobres - na visão da imprensa, das autoridades e da população locais -, incomodam, pois chegam à procura de atendimento médico nos hospitais públicos e, especialmente, de alguma ocupação que lhes dê algum rendimento, o que não conseguem em sua cidade de origem. Esses migrantes, por não possuírem qualificação profissional, não conseguem um emprego formal e acabam entrando na marginalidade, cuidando de carros, pedindo esmolas, furtando, prostituindo-se etc. Em contrapartida, na mesma proporção, chegam à Maringá, oriundos dessas mesmas cidades contíguas, os representantes das classes média e rica, com o objetivo de consumir nos estabelecimentos comerciais, freqüentar as escolas, ou usufruir da rede de clínicas e hospitais particulares especializados. Esta última situação é vista como fator positivo, pois capta recursos financeiros, fortalecendo o comércio local e ajudando a reafirmar a condição de Maringá como cidade pólo regional.

---

<sup>11</sup> IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, é parte integrante do Relatório de Desenvolvimento Humano produzido pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, abrange 177 países, tendo esse índice a finalidade de ser um indicador de qualidade de vida das populações. Foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Haq, esse relatório é emitido desde 1993.

Para finalizar, é importante destacar que o espaço público constitui a estrutura espacial que liga as parcelas privadas, com a intenção de facilitar as relações entre elas. Seu objetivo é, também, a busca de caminhos que não seja apenas aquele aprisionado à lógica do lucro capitalista e cheio de preconceitos contra aqueles que têm menos possibilidades financeiras. O ideal é que esse espaço seja um campo de liberdades, de manifestações, de apropriação e de identificação, ou seja, fortemente marcado pelos diversos modos de vida e de atividades. Este ideal se constitui em mais um desafio à democracia: construir uma cidade mais justa para todos, onde os núcleos de segregação não tenham espaço.

## **Bibliografia**

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 1983.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana, in: BRANDÃO, C.A.L. (org). *A cidade das cidades*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DAVIDOVICH, Fany. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GALVÃO, Altair Aparecido. *Condomínios Horizontais Fechados: Segregadores ou Segregados? – um estudo de caso no município de Maringá – Pr. Dissertação (Mestrado em Geografia)*. Universidade Estadual de Maringá, 2007.

GINI, Sérgio. *A construção da hegemonia empresarial: o caso do Movimento Repensando Maringá (1994-2004)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

HELLER, Agnes. *The postmodern political condition*. Cambridge: Polity, 1988.

KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1967.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- MARTINEZ, Paulo. *A teoria das elites*. São Paulo: Editora Scipione, 1997.
- MENDES, César Miranda & GRZEGORCZYK, Vanderlei. *Centro, centralidades e verticalização em Maringá*. In: MORO, Dalton Áureo (org). *Maringá espaço e tempo: ensaio de geografia urbana*. Maringá: UEM, pp. 89-126, 2003.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MOURA, Rosa & DELGADO, Paulo Roberto & DESCHAMPS, Marley V. & CARDOSO, Nelson Ari. *Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Desafio da gestão das regiões metropolitanas em países federados”, promovido pelo Ministério das Cidades, Câmara dos Deputados e Fórum das Federações, em Brasília, nos dias 30 e 31 de março de 2004.
- PARETO, Vilfredo. *Forma y equilibrio sociales*. Madrid, Revista de Occidente, 1967, p.69-70.
- PASTERNAK, Suzana. *Modos de morar na rua*. Cadernos de pesquisa do Lap, n.26. São Paulo: FAU/USP, 1998.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- SILVA, Carlos A. Mororó. *Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr: do espaço de floresta à Cidade Jardim, representação da “Cidade Ecológica”, “Cidade Verde”*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.
- SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. *Os Espaços da Sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: UNESP, 2004.
- SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. *A produção do espaço público: da dominação à apropriação*. In: Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19 (pg.93-111), 2006.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2004.
- TONELLA, Celene & RODRIGUES, Ana Lúcia. *Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense*. XXVII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu – MG, 2003.
- WRIGHT MILLS, C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.